

Síria: o desenlace de uma guerra adormecida



» GLÓRIA MARIA VARGAS
Professora associada
do Departamento de Geografia
da Universidade
de Brasília (UnB)

Em 2011, se deflagrou a guerra civil da Síria, muito ativa até 2018, mas dormente desde 2020. As forças presentes continuavam em seus domínios, sem que nenhuma delas pudesse declarar vitória sobre as outras. O regime de Bashar al-Assad havia recuperado a rede urbana mais importante do país, que inclui a capital, Damasco, Aleppo, Hama e Homs. Essa situação mudou drasticamente em 29 de novembro, quando forças opostas ao regime tomaram Aleppo, a segunda cidade mais importante do país, após ter dominado Hawar, Andzara e A'zaz. A extensão do domínio territorial vinha se deslocando em direção norte-sul para as províncias de Idlib e Hama até Damasco e, no último sábado, o regime de Assad colapsou. Ele abandonou o país.

A oposição ao regime de Assad, desde a guerra civil, esteve composta por facções diferentes que competiam entre si. A facção protagonista dos ataques recentes é o grupo HTS — Organização pela Libertação do Levante ou Comitê de Libertação do Levante, conhecido por Tahrir al-Sham. O HTS reproduz uma ideologia salafista-jihadista, que se opõe ao Ocidente e procura estabelecer um regime sunita sob a lei da Sharia. Também se opunham ao regime as Forças Democráticas Sírias, ou FDS, compostas por uma coalizão curda, que busca autonomia na região da fronteira nordeste do país, e o Exército Nacional Sírio (ENS), que também trava uma batalha contra o FDS. A Turquia, como poder regional importante, apoia o ENS, pois tinha interesse em prevenir uma região autônoma curda na sua fronteira oriental.

Por que esse conflito, após vários anos dormente, desperta e se define agora? Como se relaciona esse desenlace com outros eventos que estão acontecendo no mundo?

A Síria é a destilação mais evidente de um fato que se estende pelo Oriente Médio: o sistema de estados, que se baseia na ordem westfaliana europeia, nunca se assentou verdadeiramente. Essa ordem desenhou linhas divisórias que não condiziam com a realidade do território, organicamente dividido em clivagens religiosas que formam alianças vastas ao longo da região. De um lado, estão os xiitas liderados pelo Irã, que incluem uma variante, a alauita, à qual pertence a família Assad, o Hezbollah do Líbano e os houthis de Iêmen. De outro lado, os sunitas radicais, salafitas, restauracionistas, como a Irmandade Muçulmana, o Hamas e a Al Qaeda.



Os curdos, assentados na fronteira norte da Síria, são outro grupo importante nessa conjuntura e um dos mais afetados pelas linhas arbitrárias europeias, pois foram fragmentados entre o Irã, o Iraque, a Síria e a Turquia. Na Síria, o grupo alauita esteve no controle do país desde 1971 e se manteve no poder por meio de uma ditadura ferrenha, cuja existência foi desafiada com a eclosão da guerra civil. Esses são os eixos que atravessam todo o Oriente Médio e não se expressam na ordem dos estados nacionais imposta.

Em 2017, durante a guerra civil, organizou-se o chamado processo Astana, que reunia os chanceleres de Rússia, Irã e Turquia, cujo objetivo era cancelar um acordo de paz. Os três países tinham interesse em normalizar esta situação e manter Assad no poder. Rússia, para segurar a base naval da cidade síria de Tartus, garantindo a sua presença no Mediterrâneo. A Turquia, para assegurar que os curdos da Síria, que haviam conseguido o controle territorial na fronteira norte, não contagiassem os curdos da Turquia na busca por autonomia. O Irã, para manter a presença do Hezbollah em território sírio e um corredor por onde fazer chegar armas e apoio logístico para o grupo no Líbano e para o Hamas em Gaza.

Dessa maneira, os três países se converteram na sustentação do regime. A Rússia passou a controlar o noroeste do país, região adjacente à sua instalação naval; os turcos, o norte em

Idlib, onde continuam confrontando os curdos; e o Irã consolidou uma via direta entre Teerã e a Guarda Revolucionária Iraniana em território sírio, além do controle das ações do Hezbollah.

Frente a essa situação, quais eram as opções de Assad? Podia defender Damasco com seu Exército, mas não teve sucesso. Os russos não conseguiram deter o rápido deslocamento dos opositores para o sul, dada sua frágil situação pela presença na guerra da Ucrânia e saíram perdedores no novo status quo. Assad podia continuar dependendo da ajuda iraniana, mas, após os ataques israelenses e a decapitação do Hezbollah no Líbano, o Irã se mostrou incapaz de deter o avanço dos rebeldes. Sai também perdedor na nova situação.

Podia pedir ajuda a Israel, e parece que assim o fez. Mas o principal interesse de Israel é abater a hegemonia do Irã. A perda de domínio territorial iraniano na Síria é lucro para os israelenses. Por último, podia pedir ajuda à Turquia, quem mais ganha com a nova situação, pois não apenas sai vitoriosa frente à luta com os curdos, senão que cresce como potência no Oriente Médio. Não por coincidência, a sua foi uma das primeiras bandeiras a ser estendida na tomada de Aleppo.

Estamos presenciando um desenlace conjuntural, mais do que um desfecho. A geopolítica da região está se reacomodando num cenário global de profundas mudanças.

Direitos humanos são para todos



» MARCELA PASSAMANI
Secretária de Justiça e Cidadania
do DF, advogada e arquiteta

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

(Primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

O Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado hoje, 10 de dezembro, foi criado para lembrar e propagar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o resultado de um intenso esforço de paz dos países filiados à ONU logo após a segunda guerra mundial. Seus 30 artigos estabelecem diretrizes para que as nações se organizem e convivam entre si com respeito e soberania.

É uma orientação ao poder público de todos os níveis e, porque não dizer, a toda a sociedade. O seu artigo primeiro, que transcrevi acima, explicita que todos os seres humanos nascem iguais em direitos e dignidade.

Tenho pautado minha atuação na Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus-DF) por essa premissa, a de que direitos humanos são direitos de todos. Com muita honra, aceitei a responsabilidade de ser a primeira mulher a assumir esse cargo. E tenho atuado de forma a envolver a sociedade nessa tarefa.

Um dos primeiros passos para a promoção da cidadania foi ampliar o acesso a serviços públicos, com o programa *GDF Mais Perto do Cidadão*, que já atendeu a mais de 300 mil pessoas. Durante dois dias, duas vezes por mês, a Secretária de Justiça e Cidadania (Sejus) reúne em uma cidade equipes de vários órgãos do governo, como o Procon, o Na Hora, o Detran, a Polícia Civil, entre outros. Promovemos a inclusão social e o bem-estar com a eficiência das políticas públicas a serviço do cidadão.

Outro projeto idealizado pela secretaria é o *Direito Delas*, que busca proteger, coibir as violações de direitos e promover a inserção das mulheres no mercado de trabalho. O êxito desse programa já pode ser medido em números. Entre janeiro e outubro deste ano, foram realizados mais de 6 mil atendimentos, nos 10 núcleos do programa distribuídos pelo Distrito Federal.

A pasta ainda promove ações para dotar as mulheres de condições econômicas e emocionais para romper com o abuso familiar, como o *Banco de Talentos*, o *Papo Delas*, o *Pelo Olhar Delas*, entre outros. Tudo para que elas percebam que não estão sozinhas e que poderão contar com ajuda para empreender ou se recolocarem profissionalmente.

O cuidado com a pessoa idosa também é uma prioridade nossa. Uma das primeiras iniciativas que tomei no período da pandemia foi o programa Sua Vida Vale Muito – Ação Hotelaria Solidária, que recebeu reconhecimento internacional, por meio do Prêmio Mundial de Turismo Responsável 2020, como modelo de enfrentamento à covid-19. O programa proporcionou hospedagem a 300 idosos que viviam em moradias inadequadas. Esse projeto foi o embrião para desenvolvermos uma política pioneira e de referência totalmente voltada ao cuidado das pessoas idosas do DF: o projeto Viver 60+. Com um olhar cuidadoso para essa população, nós promovemos ações de inclusão social, lazer, cultura e socialização.

Outro tema sob nossa responsabilidade é a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Nós incentivamos e promovemos a eleição para conselheiros tutelares em todas as regiões administrativas, na perspectiva de que o cuidado a esse público deve ser realizado por aqueles que já conhecem o dia a dia de suas comunidades. Além disso, disponibilizamos o Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, um local especializado no atendimento humanizado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Ainda levamos para dentro das salas de aula da rede pública de ensino do DF, o projeto Cidadania nas Escolas, que debate com os estudantes assuntos do seu cotidiano, como a prevenção ao bullying, a identificação de situações abusivas ou mesmo diálogos sobre a violência. Até o momento, mais de 12 mil alunos aprenderam a reconhecer os sinais de violência para saber o que fazer e a quem denunciar.

Também estão sob a nossa alçada os desafios de reduzir as desigualdades raciais e o combate ao racismo. Entre os projetos colocados em prática, destacam-se o estabelecimento de cota de 20% para entrada de estagiários negros na administração pública e a implantação do sistema de cota, também de 20%, nos concursos públicos para cargos no GDF.

Vale destacar ainda a luta para prevalecer o direito da comunidade LGBTQIAP+. Entre as iniciativas, promovemos este ano o projeto Empreendedor LGBT, com o objetivo de apoiar e dar visibilidade aos trabalhos ligados à causa.

Acreditamos que o trabalho desenvolvido no DF está contribuindo no sentido de criar essa cultura de paz e continuaremos a buscar a parceria e a participação de todos nessa tarefa. Esperamos contar com o apoio e o engajamento de todos os setores da sociedade nessa empreitada. Porque os direitos humanos são de todos e é de responsabilidade de cada um de nós.

FAPDF compromete projeto de C&T essencial para a conservação do Cerrado



» GUARINO R. COLLI
Professor do Instituto de
Biologia da Universidade de
Brasília (UnB), coordenador
do INCT Biota Cerrado

» HERALDO VASCONCELOS
Professor do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vice-coordenador do INCT Biota Cerrado

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) tem como missão, conforme descrito no Artigo 2º de seu Estatuto Social, “estimular, apoiar e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, visando ao bem-estar da população, defesa do meio ambiente e progresso da ciência e tecnologia”. No entanto, em um momento crítico para a conservação do Cerrado — o bioma brasileiro mais ameaçado —, a FAPDF compromete o desenvolvimento do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Biota Cerrado, um projeto voltado à pesquisa e à conservação da biodiversidade dessa região.

O INCT Biota Cerrado foi aprovado na rigorosa chamada pública CNPq nº 58/2022, viabilizada por parcerias entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais. No entanto, a FAPDF se recusou a assinar o acordo de cooperação técnica com o CNPq, alegando restrições orçamentárias para 2025. Tal decisão inviabiliza boa parte das

atividades planejadas do INCT Biota Cerrado, colocando em risco não apenas a execução das metas estabelecidas, mas também os compromissos assumidos com um programa público de relevância nacional.

Em expedição científica à Lagoa do Cassó, no município de Primeira Cruz, Maranhão, nossa equipe recebeu a notícia de que a FAPDF não repassará os recursos previstos e acordados para o projeto. Do orçamento total aprovado para o INCT Biota Cerrado, aproximadamente 50% deveriam ser repassados pela FAPDF. Esses recursos correspondem a cerca de 70% da verba de capital e 80% dos recursos de custeio, essenciais para a execução do projeto. A ausência desse aporte impossibilita a manutenção das atividades previstas, como inventários biológicos, estudos sobre mudanças climáticas, manejo integrado do fogo, restauração ecológica e engajamento público com ciência.

O impacto também afeta diretamente dezenas de pesquisadores, incluindo bolsistas de produtividade do CNPq e instituições de ensino e pesquisa em todo o Brasil. O INCT Biota Cerrado desempenha um papel fundamental na formação de uma nova geração de cientistas, capacitados para enfrentar desafios globais relacionados às crises climáticas e da biodiversidade. Sem os recursos da FAPDF, a capacitação de estudantes de graduação, pós-graduação e pós-doutorado será drasticamente comprometida. Esses estudantes se tornam agentes de mudança em um cenário que exige soluções inovadoras e baseadas em evidências para problemas globais como catástrofes climáticas, fome, pandemias e imigração. Interromper sua formação enfraquece a soberania científica brasileira e limita nossa capacidade de liderar respostas regionais e globais para esses problemas.

O Brasil tem enfrentado um processo de sucateamento de sua infraestrutura de pesquisa. Esse cenário afeta a coleta e análise de dados no campo e em laboratórios, além da preservação de acervos científicos. Ainda assim, o INCT Biota Cerrado tem avançado, graças ao apoio do CNPq e da Capes, que viabilizou a recuperação de equipamentos, a aquisição de insumos e a implementação de bolsas de estudo. A decisão da FAPDF, no entanto, compromete severamente essa trajetória.

O Cerrado tem papel crítico na regulação climática, no ciclo hidrológico e na fertilidade dos solos. Oferece serviços indispensáveis, como o abastecimento de água para as principais bacias hidrográficas do país, a proteção contra a erosão e o suporte à agricultura sustentável. Sua preservação não é apenas uma questão ambiental, mas também econômica e social, já que milhões de pessoas dependem diretamente de seus recursos. O INCT Biota Cerrado é essencial para catalisar ações para o uso sustentável desse bioma, gerar dados cruciais para a formulação de políticas públicas eficazes e ampliar o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade. Sem isso, o Brasil arrisca perder um de seus maiores patrimônios naturais, agravando o colapso dos serviços ecossistêmicos que sustentam a vida e a economia do país.

Concluímos com um apelo às autoridades e à sociedade: exortamos a FAPDF a reconsiderar sua decisão e honrar os compromissos firmados. A continuidade do projeto é crucial para garantir o futuro do Cerrado e o avanço da ciência no Brasil. É o momento de unir esforços para preservar nosso patrimônio natural e assegurar um futuro sustentável para as próximas gerações!